

Plataforma

DA



para as

Eleições

20

26

**EM DEFESA DO PLENO EMPREGO,
DOS DIREITOS SOCIAIS
E DA SOBERANIA POPULAR**



CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Direção Executiva Nacional da CUT | 2023-2027

Presidente

Sergio Nobre

Vice-Presidenta

Juvandia Moreira

Secretário-Geral

Renato Zulato

Secretário-Geral Adjunto

Aristides Santos

Secretário de Administração e Finanças

Ariovaldo de Camargo

Secretária-Adjunto de Administração e Finanças

Maria Josana de Lima Oliveira

Secretário de Relações Internacionais

Antônio de Lisboa Amâncio Vale

Secretário-Adjunto de Relações Internacionais

Quintino Marques Severo

Secretário de Assuntos Jurídicos

Valeir Ertle

Secretária de Comunicação

Maria Aparecida Faria

Secretário-Adjunto de Comunicação

Tadeu de Brito Oliveira Porto

Secretário de Cultura

José Celestino Lourenço

Secretário-Adjunto de Cultura

José de Ribamar Barroso

Secretária de Formação

Rosane Bertotti

Secretária-Adjunta de Formação

Sueli Veiga de Melo

Secretária de Juventude

Cristiana Paiva Gomes

Secretário de Relações de Trabalho

Sergio Ricardo Antiqueira

Secretário-Adjunto de Relações de Trabalho

Pedro Armengol

Secretária da Mulher Trabalhadora

Amanda Gomes Corcino

Secretária de Saúde do Trabalhador

Josivania Ribeiro Cruz Souza

Secretária-Adjunta de Saúde do Trabalhador

Elida Rachel Miranda Sousa (Licenciada)

Secretário de Meio Ambiente

Rosalina do Socorro Ferreira Amorim

Secretária de Mobilização e Relação com os Movimentos Sociais

Milton dos Santos Rezende (Miltinho)

Secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos

Jandyra Uehara

Secretária de Combate ao Racismo

Maria Julia Reis Nogueira

Secretária de Organização e Política Sindical

Maria das Graças Costa

Secretário-Adjunto de Organização e Política Sindical

Eduardo Guterra

Secretário LGBTQIA+

Walmir Siqueira

Secretário das Pessoas Aposentadas, Pensionistas e Idosas

Ari Aloraldio Nascimento

Secretário da Economia Solidária

Admirson Medeiros Ferro Jr (Greg)

Secretário de Transportes e Logística

Wagner Menezes (Marron)

Direção Executiva

Aline Marques Borges Alves

Cláudio da Silva Gomes

Maria Eduarda Quiroga P. Fernandes (Duda)

Esteliano Pereira Gomes Neto

Francisca Trajano dos Santos

Geralda Godinho de Sales (*in memoriam*)

Ismael Jose Cesar

Ivonete Alves

Juliana Salles de Carvalho

Mara Feltes

Marcelo Rodrigues

Elzilene do Nascimento Pereira (Licenciada)

Neiva Maria Ribeiro dos Santos

Rene Marcos Munaro

Sidineiva Gonçalves de Lima

Daniel Gaio (*in memoriam*)

Elias Jordão

Taís Adams

APRESENTAÇÃO

Iniciamos 2026 em um cenário mundial marcado pela generalização de guerras, em particular aquelas deflagradas pelo imperialismo estadunidense sob o governo de Donald Trump. A CUT se opõe de forma cabal a essa política de guerra que não interessa aos povos e tampouco à classe trabalhadora.

A guerra iniciada pelos Estados Unidos da América – EUA e Israel contra o Irã, atropelando o direito internacional, veio somar-se ao conflito que se arrasta há quatro anos entre a Rússia e Ucrânia, ao genocídio praticado por Israel com apoio dos EUA contra o povo palestino em Gaza e na Cisjordânia, à agressão militar à vizinha Venezuela e a tentativa de asfixia de Cuba com o bloqueio do petróleo decretado por Trump.

Ao dizer “Não à Guerra!”, a CUT se soma à resistência que se expressa em mobilizações de massa que ocorrem em países europeus e nos próprios EUA sob esse lema. Apoiamos a postura do governo brasileiro na defesa de soluções pacíficas para os conflitos em curso e de defesa da soberania brasileira frente às pressões externas, em particular do imperialismo estadunidense.

Lamentavelmente, essa política de guerra do governo Trump encontra apoiadores em governos de direita de países vizinhos e no Brasil, onde o bolsonarismo se propõe a entregar as nossas riquezas e recursos aos EUA. O que realça ainda mais a importância de derrotar essa extrema-direita entreguista nas eleições que se avizinham.

Os ataques à soberania nacional e aos direitos dos trabalhadores impõem a valorização das negociações coletivas e o fortalecimento dos sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais, adotando um sistema de autorregulação, como prioridade estratégica na construção de um sindicalismo forte e amplamente representativo do conjunto das trabalhadoras e dos trabalhadores, não importando as formas de contratação.

Além dos direitos trabalhistas, previdenciários e sindicais, consideramos essencial a representação coletiva na defesa dos direitos sociais, econômicos e democráticos da classe trabalhadora, tais como redução do custo de vida, do endividamento das famílias e das taxas de juros, adoção do passe livre no transporte público, enfrentar a violência e a criminalidade, destacadamente o feminicídio, o racismo, a homofobia, o capacitismo e todas as formas de discriminação.

O orçamento público continua sendo confiscado pelas emendas parlamentares e sob intensa pressão, o que nos impõe ampliar significativamente o número de parlamentares – tanto na Câmara dos Deputados, como no Senado Federal – comprometidos com os interesses da classe trabalhadora e do desenvolvimento econômico e social de um Brasil soberano.

A Plataforma da CUT para as eleições de 2026 está alinhada com as demandas sindicais e populares e com a pauta das Centrais Sindicais. Ela explicita nossas prioridades, nossos compromissos com a democracia e o desenvolvimento econômico e social, com os direitos

sociais e trabalhistas que consideramos fundamentais, e com a soberania nas relações internacionais.

Trata-se de uma plataforma que serve como referência para os diálogos que faremos com o Governo e o Legislativo e, destacadamente, para os compromissos que pretendemos obter das candidaturas proporcionais e majoritárias nas Unidades Federativas e no Brasil.

Portanto, esta plataforma é um instrumento estratégico para orientar o diálogo com o Governo e o Legislativo e, sobretudo, para pautar os compromissos que buscamos das candidaturas proporcionais e majoritárias em cada Unidade Federativa e em todo o país. Por isso, conclamamos todas as entidades sindicais, lideranças, trabalhadoras e trabalhadores a se somarem de forma ativa, organizada e combativa, utilizando esta plataforma como referência comum para fortalecer nossa voz coletiva. É momento de unidade e ação. Somente com mobilização firme e articulada transformaremos estas propostas em direitos concretos que impactem positivamente a vida do povo brasileiro. Juntas e juntos, avançamos com determinação para que nenhuma reivindicação fique apenas no papel e para que a vida seja mais justa e mais feliz para o povo brasileiro.

A construção do Brasil que queremos é agora!

Luta, unidade e esperança!

Sergio Nobre

Presidente

Renato Zulato

Secretário-Geral

I. PRIORIDADES ESTRATÉGICAS

1. Novo padrão de regulação sindical. Aprovar legislação que garanta:

- a) Maior fortalecimento sindical, ampliando a representação e aumentando a representatividade das entidades sindicais;
- b) Autorregulação, liberdade, autonomia e a soberania das assembleias de trabalhadoras e trabalhadores;
- c) Financiamento solidário via contribuição negocial ou assistencial;
- d) Medidas que protejam o direito de greve e restrinjam o abuso dos interditos proibitórios.

2. Fim da escala 6X1, reduzindo a jornada sem redução salarial. Instituir redução imediata da jornada de trabalho para 40 horas e gradativamente para 36 horas semanais e o fim da escala 6x1, como medida de saúde pública, justiça social e geração de empregos.

3. Valorização real do salário-mínimo e das aposentadorias. Garantir a continuidade da política nacional do salário-mínimo e dos benefícios sociais e previdenciários, corrigindo-os em percentuais acima da inflação, fortalecendo o mercado interno. Garantir que o Benefício de Prestação Continuada mantenha seu valor vinculado ao salário-mínimo.

4. Direitos para trabalhadores e trabalhadoras por aplicativos. Efetivar uma regulação que garanta direitos previdenciários, valor mínimo por corrida e por km, direito de defesa, jornada limitada, remuneração mínima digna, negociação coletiva e organização sindical aos trabalhadores e as trabalhadoras em plataformas.

5. Transição justa e requalificação profissional. Implantar políticas de Estado que protejam o trabalhador diante da inteligência artificial, da automação e das inovações tecnológicas, garantindo educação continuada e novos postos de trabalho.

6. Tarifa Zero no transporte público. Instituir o Programa Nacional de Tarifa Zero (Passe Livre) para fomentar o transporte público gratuito com acessibilidade, como um direito social básico, essencial para o acesso ao trabalho, saúde e lazer, aliviando a despesa do trabalhador e família com locomoção, favorecendo o consumo de mercadorias, cultura e lazer.

II. COMPROMISSOS COM A DEMOCRACIA E O DESENVOLVIMENTO

1. Justiça tributária e combate à desigualdade

a) Isenção do IR até R\$5.000,00 e redução até R\$7.350,00. Garantir que a tabela vigente do Imposto de Renda seja corrigida anualmente, assegurando assim a conquista vigente desde janeiro de 2026, desonerando quem vive do seu próprio trabalho.

b) Taxação de grandes fortunas: Tributar lucros e dividendos para financiar a seguridade social e as políticas de educação e saúde públicas.

c) Enfrentar a epidemia das apostas virtuais (bets) e proteger a renda e a saúde da classe trabalhadora. Defendemos o combate rigoroso à exploração financeira promovida pelas plataformas de jogos, a proibição da publicidade predatória, a criação de mecanismos de bloqueio do uso de crédito e benefício social em apostas.

2. Segurança Pública e Direitos Humanos

• **Implantar uma segurança cidadã.** Substituir a violência armada por mais investimentos em inteligência e prevenção, com controle social das polícias, intensificando o combate ao feminicídio, ao genocídio da juventude negra e periférica e à violência institucional LGBTfóbica, com abordagem humanizada das pessoas com deficiência, evitando todo e qualquer tipo de violência política.

• **Garantir a vida e a dignidade das mulheres com o combate intransigente ao feminicídio** e a todas as formas de violência de gênero. Fortalecer e ampliar a rede pública de proteção, acolhimento e assistência integral às mulheres e seus dependentes, articulada à luta antirracista e a defesa das trabalhadoras dentro e fora do local de trabalho.

3. Meio ambiente, transição ecológica e clima

a) Combater a crise climática com soberania, fortalecendo a fiscalização contra queimadas e desmatamentos, protegendo as águas e as florestas;

b) Garantir que a transição energética seja popular e que os recursos naturais (Petróleo, Gás, Água e Minérios) sirvam ao desenvolvimento nacional e não apenas ao lucro de acionistas.

III. DIREITOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

1. Revisão as reformas trabalhistas e previdenciárias e revogar os retrocessos, assegurando a hierarquia das normas, a valorização e prevalência das negociações coletivas sobre as individuais. Adotar as medidas necessárias para assegurar aposentadorias dignas.

2. Negociação coletiva no setor público. Restabelecer de forma permanente a mesa de negociação federal e efetivar a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho, garantindo data-base e direito à greve para servidores das três esferas.

3. Fortalecimento do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador). Impedir a monetização do benefício, assegurando sua finalidade estrita de segurança alimentar, conforme o Decreto nº 12.712/2025.

4. Ratificação da Convenção 156 da OIT e a Recomendação 165. Garantir medidas que facilitem o emprego, prevenindo que responsabilidades familiares (como cuidados com crianças, idosos e doentes, por exemplo) resultem em conflitos no trabalho. Essa medida pode contribuir para a igualdade de gênero no mundo do trabalho e com medidas concretas de apoio como a criação de creches, serviços de assistência e flexibilidade de horários.

5. Garantia dos pisos salariais nacionais em todas as esferas de contratação. Garantir o cumprimento integral dos pisos salariais nacionais, como os da enfermagem e do magistério, em todas as formas de contratação (pública, privada e terceirizada), assegurando remuneração digna, fiscalização rigorosa contra o descumprimento e valorização real de todas as categorias de trabalhadoras e trabalhadores.

6. Ratificação da Convenção 193 da OIT e regulação do trabalho por plataformas. O avanço das tecnologias digitais não pode servir de pretexto para o desmonte de direitos e a precarização da vida trabalhadora. Assegurar um marco regulatório que combata a superexploração, garanta cobertura previdenciária, restrinja punições e bloqueios arbitrários via algoritmos e garanta o direito de livre organização e representação para a categoria.

IV. SOBERANIA NACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1. Defesa da Soberania nacional, dos serviços públicos e das estatais e dos direitos da classe trabalhadora. Defender o compromisso inegociável com a soberania do Brasil, dizendo não às privatizações das empresas estatais estratégicas e garantindo o controle público sobre as nossas riquezas naturais, como os minerais críticos e estratégicos, e sobre inovações tecnológicas do povo, a exemplo do PIX. Defender a soberania significa fortalecer os serviços públicos essenciais como saúde, saneamento público, educação e transporte, valorizar a trabalhadora e o trabalhador e utilizar as riquezas e o patrimônio do país não para alimentar o lucro privado, mas para gerar empregos dignos, combater a desigualdade e garantir o bem comum de toda a sociedade.

2. Continuar priorizando a reindustrialização nacional nas negociações internacionais, assegurando transferência de tecnologia e geração de oportunidades de trabalho no Brasil. Manter e ampliar o uso do poder de compra do Estado e das empresas públicas e estatais (Petrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, dentre outras) para reerguer a indústria de transformação e o setor naval e fortalecer a soberania nacional.

3. Defender os espaços multilaterais nos quais o Brasil participa, como a OIT, o MERCOSUL e os BRICS, o respeito e extensão dos direitos da classe trabalhadora em todo o mundo, além de ampliar a cooperação com a África e a América Latina, combatendo as ofensivas imperialistas contra os povos, exigindo a canalização de recursos para o combate à fome, a defesa do meio ambiente, em defesa da paz.

Esta Plataforma tem por objetivo orientar as ações, diálogos e negociações com a população brasileira, junto aos poderes constituídos, classe empresarial e firmar compromissos com candidaturas proporcionais e majoritários nas unidades federativas e em âmbito nacional, na expectativa de ampliar a presença de parlamentares (deputados e deputadas estaduais e federais, senadores e senadoras, governadores e governadoras e presidente), comprometidos com os interesses da classe trabalhadora brasileira.

A CUT orienta suas entidades filiadas a utilizarem estes pontos nas mesas de negociação e na mobilização direta com a base. Em 2026, nossa tarefa é transformar o crescimento econômico em bem-estar social real, para quem produz riqueza e movimenta esse país.



www.cut.org.br

Rua Caetano Pinto, 575

Brás • São Paulo • SP

CEP 03040-000

Fone: (11) 2108.9200

